

# A ORIGEM DO DEBATE SOBRE ECONOMIA ECOLÓGICA

Antonio Cavalcante de Almeida\*

*Resumo:* O presente artigo apresenta a origem do debate sobre aproximação entre economia e ecologia durante os anos 70. Nesse sentido, discute a partir de alguns teóricos da chamada economia ecológica, no caso, Georgescu-Roegen (1906-1994), o principal criador da economia ecológica. O principal objetivo é compreender a origem e a relevância do debate sobre economia ecológica. Noutros termos, enfatizar as principais críticas da época ao capitalismo e destacar a origem do movimento ecológico em nível mundial. Por fim, o estudo se baseou nas contribuições de Joan Martinez Alier, Clovis Cavalcanti e Peter May.

*Palavras Chave:* Meio Ambiente; Desenvolvimento; Economia.

*Abstract:* This article is about ecological economy discussion, in that way, some theorists of ecological economy are discussed, in this case, the creator of ecological economy. The first objective is to understand origins and relevance about economical economy discussions. Is necessary to context the discussions and show the principal tendencies of actual capitalism and the origin of the world ecological movement. The survey is based in the studies of Joan Martinez Alier, Clovis Cavalcanti and Peter May.

*Key Words:* Environmental media; Developing; Economy.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo procura fazer uma reflexão sobre a origem da temática Economia Ecológica, que vem despertando interesse no meio acadêmico desde os anos setenta com as principais idéias do economista e cientista romeno Nicolas Georgescu-Roegen (1906-1994). Ele foi um dos expoentes mais importantes da

teoria da economia ecológica, considerado o pioneiro dessa linha de estudo que faz uma ampla discussão sobre economia e meio ambiente.

O economista Georgescu-Roegen foi um crítico ferrenho da economia convencional, muito embora também tenha desafiado as teorias marxistas em vigor naquele momento. A contribuição teórica abriu o debate em torno da questão ambiental na época, notadamente, nas nações capitalistas industrializadas do Norte, onde o alto padrão de consumo poderia levar a conseqüências imprevisíveis no que diz respeito à questão socioambiental.

O presente artigo proporciona ao espaço acadêmico contemporâneo, uma análise do pensamento Georgescu-Roegen sobre a relação entre economia e ecologia, tomando como interlocutores as contribuições interpretativas de Martínez Alier (1998); Cavalcanti (1993) e May (1995).

O principal objetivo deste estudo é compreender a origem do debate sobre economia e ecologia. Para contextualizar a temática, traz à tona as principais tendências e a relevância do movimento ecológico mundial. Nesta conjuntura, inicia-se a discussão por Martínez Alier, estudioso de Nicolas Georgescu-Roegen.

## 2 NICOLAS GEORGESCU-ROEGEN: ASPECTOS BIOGRÁFICOS E HISTÓRICOS

Martinez Alier (1998), em sua principal obra, “Da economia ecológica ao ecologismo popular, 1998”, trata da vida e obra do autor contemporâneo da Economia Ecológica: Nicolas Georgescu-Roegen. Este de origem romena atuou como professor em várias universidades em seu país de procedência. Foi um crítico ardiloso da economia convencional moderna fundamentada na lógica capitalista de mercado.

O principal campo de estudo de Georgescu-Roegen foi a economia ecológica. Também investigou a Teoria do Consumo e a Economia Agrária. Lecionou na Universidade de Vanderbilt de 1948-76 nos Estados Unidos. Conforme Martínez Alier (1998, p. 48), esse intelectual foi “[...] discriminado no ambiente universitário norte-americano”, por isso não criou uma escola de pensamento que continuasse o debate da economia ecológica.

Com afinada capacidade intelectual e crítica, Georgescu-Roegen defendeu doutorado em Estatística, em 1930. Começou a estudar economia, quando esteve na Universidade de Harvard, como pesquisador, no período de 1934 a 1937. Uma série de pesquisadores influenciaram o seu pensamento, dentre eles: Maïnolescu, que defendia o protecionismo nos países não-industrializados”, Emile Borel, por meio da obra “*Mécanique Statistique*”; Lotka, com “*Elements of Physical Biology*” de 1925; Vernadsky nos anos de 1924 e 1926 publicou “*La Geochimie*” e “*La Biosphère*”; Engels, em “*A dialética da natureza*, 1975” e Schrödinger, com “*What is Life?*, 1945”. Tais obras ampararam os estudos de Georgescu-Roegen (1971): “*The Entropy Law and the Economic Process*, 1971” (MARTÍNEZ ALIER, 1998).

Com base nos estudos realizados sobre a economia e desenvolvimento, Georgescu-Roegen passou a criticar a idéia de crescimento econômico como mola propulsora do desenvolvimento. Nesse sentido, se opôs ao trabalho de Solow (1974) – Prêmio Nobel de Economia da época, por seus modelos metafísicos do crescimento econômico o que deu origem a ínfimos e insignificantes protestos no meio acadêmico da economia. Embora Georgescu-Roegen tenha se manifestado contrário, ainda não se questionava na época e, nem se debatia o assunto sobre a questão da pobreza, embora os economistas indianos já anunciassem essa preocupação. Por exemplo, estes questionavam o modelo de desenvolvimento do presente e do futuro e se perguntavam: qual o destino dos pobres? Qual o destino da posteridade? Qual o destino do planeta?

De acordo com Martínez Alier (1998, p. 57), o ecólogo era inimigo de quem professava “[...] a fé do crescimento econômico e do progresso tecnológico, a atual distribuição entre os ricos e os pobres e a repartição intergeracional de recursos escassos e de contaminações”.

Entretanto, em 1971, é publicado o livro *“The Entropy Law and the Economic Process, 1971”*. Nessa obra, Georgescu-Roegen aplicou a Segunda Lei da Termodinâmica [1] ao problema do fluxo de energia na economia humana, sugerindo que a crescente entropia [2] poderia impor limites ao crescimento econômico (MAY, 1995).

Não obstante, apesar da sua projeção intelectual, Georgescu-Roegen não foi convidado para a Conferência sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo 1972 [3]. No entanto, participou de um fórum alternativo e não-estatal, organizado pela associação pacifista Daí Dong. Neste encontro, Georgescu-Roegen defendeu a proposta: “[...] O livre movimento de todos os seres humanos ao lugar da Terra que quiserem, sem restrições de passaporte ou visto” (MARTÍNEZ ALIER, 1998, p. 58). Do ponto de vista dos tecnocratas, as idéias de Georgescu-Roegen eram consideradas utópicas e por demais fora da realidade. Mas, com base nas críticas do ecólogo a questão das barreiras continua sendo um problema não somente de ecologia humana, como também, de decisão política.

Martinez Alier (1998) lembra que a proposta roegeana ainda é por demais atual, já que, trata de um problema vivenciado pelos países desenvolvidos. Para o autor, essa proposição deveria ter sido apresentado outra vez na Conferência do Rio de Janeiro, de junho de 1992, já que a proibição de migrações está sendo cada dia mais forte à medida que as desigualdades aumenta desproporcionalmente entre nações ricas e pobres.

No entanto, após a publicação de sua obra máxima em 1971, sobre ecologia e economia, Georgescu-Roegen passou a diferenciar dois tipos de tecnologias: a tecnologia factível: aquela que é possível. Por exemplo, fazer pão e cortar árvores; a tecnologia viável: aquela com captação de baixa entropia do meio ambiente, ou seja, de captação de energia e materiais que podem ser colocadas à nossa disposição. Esta última seria uma tecnologia prometéica, ou seja, aquela que não esgota os recursos naturais. Por isso, esta tecnologia seria baseada nos princípios da economia ecológica.

### 3 A ECONOMIA ECOLÓGICA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

A economia ecológica preocupa-se com a utilização desregrada dos recursos naturais em andamento. Por isso, levanta a problemática a respeito do alto padrão de consumo e destruição dos recursos naturais por parte dos países desenvolvidos. Nesse sentido, Cavalcanti (1993, p. 80) considera que:

O problema básico com que lida a ciência da economia consiste em dizer como se pode alocar, da melhor forma possível, uma dada quantidade de meios [recursos] para a satisfação de determinados fins [necessidades]. Dá-se atenção primordial à questão de opções que ligam fins e recursos, ou meios, que são escassos. Em última análise, a escassez representa o ponto fundamental da percepção clássica da atividade econômica por parte do economista.

Nesse entendimento, ainda sobre a questão das necessidades e do comportamento dos indivíduos na sociedade capitalista, o autor (p. 81) afirma ainda que:

A lógica econômica gira em torno do comportamento maximizador da utilidade do indivíduo, de tal forma que o profissional da economia procura persistentemente apoiar-se em preços para anular poluição, racionar energia e melhorar as condições de segurança do indivíduo.

Criar mecanismos fortes que estabeleça um maior controle sobre o uso dos recursos naturais deve ser uma meta mais prudente para o futuro. Ou seja, diversos economistas e também ecologistas defendem a tese de que é preciso de critérios para punir poluidores, quer seja, através de cobrança de taxas, estabelecimento de um teto mínimo de consumo e outros. Essa discussão tem gerado, por parte dos ecologistas e dos movimentos sociais muitas críticas.

De qualquer forma, Cavalcanti (1993) considera que o ecologista, ao contrário do economista: encara a atividade econômica, não da perspectiva dos desejos dos indivíduos, mas do interesse que tem pela vida sob todas as suas formas, das quais a humana é apenas um aspecto. O ecologista, por exemplo, salienta que matéria e energia não podem ser criadas, ou seja, os meios [escassos] de que serve o homem para, através da atividade econômica, satisfazer seus desejos, existem em montantes pré-fixados. Da mesma forma, como matéria não se destrói aquilo que foi usado no processo econômico retorna à natureza de alguma forma, constituindo lixo ou energia dissipada [calor], que se deposita no meio ambiente, isto é, poluição. Ainda tomando por base a discussão sobre as possibilidades de restringir ou não o uso dos recursos naturais, pode-se observar por meio de Cavalcanti (1993, p. 84) a seguinte posição:

No raciocínio econômico, os problemas ambientais são uma combinação de efeitos externos [externalidades] com a questão intrínseca associada à oferta de bens públicos. [...] Sua solução é fácil: trata-se de introduzir preços para os bens ecológicos, tais como água, ar, paisagem. [...] De modo completamente distinto procede a ecologia, para a qual atribuir preço a uma espécie em extinção é tão cínico quanto fazer a mesma coisa com um ser humano. De qualquer modo, atribuir preço a bens ecológicos não vai impedir que, por exemplo, perigos que se ignoraram no passado, como efeito estufa, levem a catástrofes ambientais. O sistema de preço, simplesmente não garante que prejuízos

irreparáveis aconteçam, além do que a degradação entrópica é uma característica irremissível do processo econômico que os economistas teimam em desconhecer.

De qualquer forma, produzir bens e serviços para as necessidades humanas, esgotando os recursos naturais e causando poluição ambiental, significa assumir uma atitude (in)coerente com o que a mãe natureza pode oferecer. Por conseguinte, significa passar de um estado de baixa entropia para um estado de alta entropia, que de acordo com os estudos de Georgescu-Roegen seria não recomendável.

Para tratar desse assunto com maior propriedade e atualidade apresentamos a seguir a análise do ecólogo Martinez Alier sobre a economia ecológica. A economia ecológica é a combinação da economia com a ecologia. Surge como uma reação crítica aos princípios da economia ambiental, que se baseia numa valoração monetária e numa abordagem custo-benefício da natureza. Para Martinez Alier (1998, p. 54):

A economia ecológica estuda [de um enfoque reprodutivo] as condições [sociais ou de distribuição dos patrimônios e rendas, temporais, espaciais] para que a economia [que absorve recursos e expelle resíduos] se encaixe nos ecossistemas, estudando também [de um enfoque alocativo] a valoração dos serviços prestados pelo ecossistema ao subsistema econômico.

Cavalcanti (1993, p.86) destaca a importância de se fazer uma significativa ligação entre economia e natureza. Ou seja, não havendo nenhuma sobreposição de uma sobre outra, por isso a economia ecológica deve: [...] buscar entender e integrar o estudo e o gerenciamento do 'lar da natureza' [a ecologia] e o 'lar da humanidade' [a economia], visando compreender a ecologia dos humanos e a economia da natureza. Para ela, o econômico é um subsistema do ecossistema global, com o qual se interliga de diversas maneiras.

Nesse sentido, os sistemas vivos possuem uma quase infinita capacidade de auto-regulação, o que lhe permite resistir e se adaptar a grandes variações ambientais. Todavia, não conseguem neutralizar os grandes impactos ambientais provocados pelos seres humanos. Estes impactos são decorrentes da percepção inadequada que o ser humano tem em relação ao meio ambiente, haja vista que durante muitos séculos houve o predomínio da concepção de que os recursos ambientais seriam infindáveis, e de que a natureza, enquanto depósito estaria sempre ao nosso dispor. Entretanto, os impactos ambientais gerados em consequência dessa relação não simbiótica, demonstram justamente o contrário, requerendo de nós, seres humanos, novas posturas, atitudes e comportamento em relação ao meio ambiente.

#### 4 O CAPITALISMO DESIGUAL E COMBINADO EM NÍVEL INTERNACIONAL

Desde meados dos anos 70, no contexto internacional, discute-se o processo de degradação ambiental e o excesso de consumo da sociedade pós-industrial. Passadas três décadas a discussão ambiental se estabelece definitivamente no interior dos diversos organismos governamentais e

não-governamentais em todo o mundo. O debate ambiental ainda encontra grandes resistências por parte dos países industrializados configurando um impasse entre estes e os em via de desenvolvimento, quanto à distribuição das responsabilidades ambientais.

Os ricos reagem com dureza quando são responsabilizados pela poluição ambiental e pelo excesso de consumo dos recursos naturais. A prova desse endurecimento está expressa no não cumprimento dos protocolos ambientais, no caso, o Protocolo de Kyoto aprovado na cidade japonesa de Kyoto, em 2000.

Na atualidade, o maior embate que se dá na área ambiental, se expressa de um lado, entre as potências industrializadas liderada pelos EUA; de outro, estão os acordos ambientais realizados pelas instituições não-governamentais e ONU.

Tomando-se por base a análise de Martinez Alier (1998), observa-se que a perspectiva não é tão otimista em relação ao padrão de consumo de alguns poucos países e/ou diga-se de algumas poucas pessoas (classe mais favorecidas economicamente) em escala mundial. Martinez Alier (1998, p. 364), afirma que: “[...] o consumo exossomático de energia e materiais em alguns países do mundo, a acumulação de gases que provocam o efeito estufa na atmosfera, são mudanças ecológicas que correm depressa, inclusive mais que as mudanças no sistema econômico” tem que ser repensada em todos os sentidos, pois, não é possível o planeta suportar por muito tempo tal expropriação e destruição ambiental. Neste ponto, há um total desrespeito às deliberações internacionais sobre a questão dos recursos naturais e a emissão de poluição atmosférica. O principal ator desta empreitada são os Estados Unidos, que produzem em torno de um quarto da poluição industrial no mundo.

Martinez Alier (1998, p. 368) afirma que o padrão de consumo dos povos do Hemisfério Norte é proporcionalmente maior do que os do Hemisfério Sul. Então, ele esclarece que: “A espetacular diferença entre o ínfimo consumo de energia de combustíveis fósseis esbanjada por um próspero cidadão do Atlântico Norte, é um fato da história e da economia humana, não é um fato da Natureza”.

Com grande propriedade, May (1998) relata que a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD em 1987 argumentava que seria unimaginável estabilizar o nível de consumo enquanto os cidadãos dos países em desenvolvimento sobrevivem parcamente com uma renda *per capita* equivalente a 5% da dos seus companheiros do Norte. O efeito dessa desigualdade se apresenta na exclusão social e na plena cidadania dos sujeitos.

De toda maneira, a reflexão de Martinez Alier (1998) e de May (1998) servem de alerta para a sociedade civil em geral repensar o modelo de consumo e de dominação exercido pelos países desenvolvidos sobre a mãe Natureza. Ou seja, da relação de expropriação absoluta da mesma por parte do capitalismo industrial e competitivo do Norte.

Martinez Alier (1998) vincula a crítica da economia capitalista à economia ecológica e as lutas por igualdade e liberdade. Conforme ele, não se trata de construir uma sociedade à maneira

do pensamento aristotélico, isto é, patriarcal e de papéis distintos entre homens e mulheres; trata-se de construir uma sociedade mais ecológica, com o apoio daqueles excluídos pela distribuição desigual das oportunidades econômicas e também pela distribuição ecológica desigual.

## 5 ECOLOGISMO DOS POBRES: UMA TESE POSSÍVEL

A tese levantada por Martinez Alier (1998) tem como ponto fundamental a crítica ao (com) senso existente de que os pobres poluem mais do que os ricos. Desconstruir o mito existente de que as classes menos favorecidas da sociedade são mais poluidoras, porque estão à margem das condições básicas de existência humana (falta de educação, saneamento, saúde etc.). O autor (p. 373) se contrapõe a tal posição conservadora e se coloca em defesa do ecologismo dos pobres quando afirma que:

[...] a ecologia da sobrevivência torna os pobres conscientes da necessidade de se conservar os recursos. Esta consciência frequentemente é difícil descobrir, porque não utiliza a linguagem da ecologia científica [aqui há diferença com ecologismo norte-americano], mas utiliza linguagens políticas locais, às vezes religiosas. Existiriam e existem lutas sociais visando manter o acesso popular aos recursos naturais contra a privatização [ou contra a estatização]. O mercado [e também por outras razões o Estado] não valora as externalidades. Portanto, as lutas sociais dos pobres para manter o uso dos recursos naturais fora da economia mercantil [ou fora da administração estatal] são, ao mesmo tempo, lutas conservacionistas.

Um dos documentos que trata da questão ambiental e do desenvolvimento humano, e considerado uma base para a discussão da Eco-92, o Relatório Brundtland [4] (1987) difundiu a idéia de que as causas da destruição da natureza podem estar presentes tanto nas ações destrutivas dos ricos, como também nas atitudes dos pobres. Assim, pode-se verificar que:

[...] a pobreza é, tanto ou mais que a riqueza, causa da degradação do meio ambiente. O argumento não é de todo desinteressado do meio ambiente, pois assenta as bases para um *ecomangement* tecnocrático internacional, que buscou seu dia de glória na Conferência do Rio-92, e que se pretendeu mais ou menos neutro nos conflitos redistributivos. (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987, p. 374).

A postura de “neutralidade” adotada pelo Relatório Brundtland em não agir incisivamente denunciando o verdadeiro poluidor do meio ambiente, favoreceu aos países centrais do sistema capitalista. Estes saíram vitoriosos em não assumirem sozinhos o ônus pelo efeito e pelo desgaste do planeta (poluição, desmatamento desenfreado, emissão de poluentes, entre outros). De qualquer forma, é questionável o tom diplomático do documento para não dizer omissivo! Segundo Martinez Alier (1998, p. 137), atribuir “[...] Aos pobres a causa da degradação ambiental seria ridículo”. Entretanto, o autor critica veementemente a interpretação de que:

A pobreza pode reduzir radicalmente os horizontes temporais, pode fazer subir drasticamente as taxas de desconto implícitas. Entretanto, minha tese é a seguinte: aceitamos que a pobreza é uma causa de degradação ambiental. Então, do ponto de vista dos pobres, podemos interpretar o

desenvolvimento do capitalismo (ou do sistema de mercado generalizado) como uma *raubwirtschaft* continuada e crescente para cobrir os gastos dos ricos. Entendidos assim, os movimentos sociais dos pobres contra os ricos em geral têm um conteúdo ecológico (talvez apenas implícito), já que tratam de guardar os recursos naturais fora da economia crematística, sob controle comunal. (MARTINEZ ALIER, 1998, p. 375).

Martinez Alier (1998, p. 376) esclarece que os movimentos radicais têm grande importância na defesa do meio ambiente, pois:

[...] são os que contribuem para a internalização de algumas externalidades, ao fazer crescer os custos das empresas ou órgãos estatais pela oposição à valoração crematística da natureza, pedindo que a natureza fique no terreno da economia moral, ou seja, que a Natureza fique no campo da economia política popular e não entre na lógica do mercado nem na lógica do serviço ao Estado.

Desta maneira, exemplos que vem ocorrendo mundialmente em favor da preservação do meio ambiente como “as lutas contra a contaminação do ar nos bairros populares das cidades, as lutas por espaços verdes contra a especulação urbana, a luta nos subúrbios das cidades pobres para ter água potável suficiente” (MARTINEZ ALIER, 1998, p. 376).

Estas são iniciativas fundamentais para garantir e dar a sustentação à tese da economia ecológica. A tese de Martinez Alier, a respeito do ecologismo dos pobres, tem dimensão não apenas local, mas pretende ser também global, quando esclarece que: “Pode parecer que a incidência do ecologismo dos pobres é apenas local, mas ela também compreende os conflitos internacionais. Existe uma nova percepção ecológica dos conflitos internacionais do ponto de vista dos pobres?” (MARTINEZ ALIER, 1998, p. 377).

Martinez Alier (1998, p. 378) propõe que é preciso “[...] Estudar a ecologia da sobrevivência, a necessidade de conservação dos recursos naturais pelos pobres, sua percepção dos recursos naturais como pertencentes à esfera da economia moral, contra sua inclusão na valoração crematística. Frente à pobreza, à degradação ambiental”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre a sociedade e o meio ambiente é inadiável pelas condições degradantes que se apresentam na atualidade. Por exemplo, desastres ecológicos, degelo nas regiões polares e consequentemente aparecimento de furacões. Dentro desta análise, manifesta-se a crítica de Martínez Alier a respeito do futuro da sociedade. Ou seja, como a sociedade irá sobreviver à degradação ambiental?

A crítica radical ao paradigma da era industrial faz de Martínez Alier um ferrenho defensor da Natureza, no entanto, um criador de uma nova perspectiva harmônica entre o homem e a natureza - ecologismo dos pobres.

De toda maneira, é preciso esclarecer que o autor não faz apologia ao mito da natureza intocada, ou seja, pura. Ele chama a atenção que as civilizações anteriores não fizeram tanta

expropriação quanto a atual, pois usavam os recursos de forma sustentável. Também, reconhece que, nenhuma civilização foi ecologicamente inocente quanto ao uso dos recursos naturais embora reafirme que a sociedade tradicional utilizava-os para suprir suas necessidades básicas.

Neste sentido, vale ressaltar que Martinez Alier é um crítico da sociedade de consumo e ao processo de mercantilização da Natureza levado a cabo pela sociedade de mercado. Dito assim, pautado na teoria de Georgescu-Roegen, aponta para uma alternativa baseada na proposta do ecologismo dos pobres para rever o conflito entre a economia ecológica e a economia crematística.

Por fim, Martinez Alier, diz que as sociedades ou os grupos sociais atuam sobre o meio ambiente segundo as representações que fazem de suas relações com ele. Estas representações favorecem ou, ao contrário, exercem um efeito limitador sobre as extrações e inserções devastadoras. Portanto, a história da natureza, nossa percepção dela, é uma construção social, cultural e política que deve ser permanente examinada à luz dos diversos sujeitos sociais envolvidos.

## 7. NOTAS

\* Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC); mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); professor das disciplinas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política da Faculdade de Pato Branco (FADEP). E-mail: antoniocavalcant@hotmail.com

Transformação do calor em energia mecânica. Na primeira lei de Termodinâmica se fundamenta no princípio da conservação da energia, ou seja, a energia não pode ser criada nem destruída, somente transformada ou transferida. Na segunda lei da Termodinâmica o calor não passa espontaneamente de um corpo para outro de temperatura mais alta. Nesse sentido, baseados nessa lei, Lorde Kelvin e Marx Planck formularam o seguinte enunciado: é possível construir uma máquina térmica que, em ciclo, produza trabalho pela troca de calor com uma única fonte térmica ou que converta totalmente em trabalho.

2. Quantidade de energia ou calor que se perde num sistema físico ou termodinâmico quando ocorrem mudanças de um estado a outro desse sistema, donde, tendência ao estado de inércia, degradação, p.ext., desordem de um sistema.

3. A Conferência de Estocolmo, baseando-se em evidências e discussões sobre a degradação ambiental e os desastres ecológicos, que sinalizavam para uma destruição mais rápida do planeta e da humanidade, preferiu optar por uma ótica de mais prudência ecológica. O ponto máximo do debate era a conservação do meio ambiente, 'pedra de toque' entre interesses conflitantes do Norte e do Sul.

4. O documento é popularmente conhecido por Relatório de Brundtland (em homenagem a Primeira Ministra da Noruega) ou Nosso Futuro Comum. Este retoma vários pontos colocados em documentos anteriores, como o Simpósio de Cocoyoc e Relatório da Fundação Dag-Hummarshjöld, dando uma visão global aos problemas do meio ambiente e tornando-se um documento de referência mundial.

## 8. REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Clóvis. Em busca da compatibilização entre a ciência da economia e a ecologia: bases da economia ecológica. In: VIEIRA, Paulo Freire & MAIMOM, Dália (Ed.). **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: APED; Belém: NAEA, 1993, p. 79-93.

MARTINEZ ALIER, Joan. A confluência no ecossocialismo. *In:* \_\_\_\_\_. **Da economia ecológica ao ecologismo popular.** Blumenau: FURB, 1998, p. 359-384.

MARTINEZ ALIER, Joan. A economia ecológica de Nicolas Georgescu-Roegen. *In:* \_\_\_\_\_. **Da economia ecológica ao ecologismo popular.** Blumenau: FURB, 1998, p. 45-62.

MAY, Peter H. Economia ecológica e o desenvolvimento e o desenvolvimento eqüitativo no Brasil. *In:* CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p. 235-255.